



RELISE

## O MICROCRÉDITO E A GERAÇÃO DE RENDA: UM ESTUDO DOS TOMADORES DE UM BANCO PÚBLICO EM MOSSORÓ (RN)<sup>1</sup>

*Macário Neri Ferreira Neto<sup>2</sup>*

*Marcos Roberto Góis de Oliveira<sup>3</sup>*

### RESUMO

No Brasil, o microcrédito conta com um volume concedido superior a 59 bilhões de reais, despontando como fonte de recursos aos micros e pequenos empreendedores. Sendo bastante utilizada como uma importante ferramenta para geração de renda. Nesse sentido, nesse trabalho objetivou-se analisar a eficácia do programa de geração de renda dos beneficiários do programa de microcrédito produtivo orientado disponibilizado pelo banco público para microempreendedores residentes no município de Mossoró (RN). O presente estudo foi realizado em uma amostra representada por 60 beneficiados do crédito, com operações ativas, mediante análise dos dados fornecidos pela instituição e questionário aplicado junto aos beneficiários. Constatou-se que o público pesquisado tem uma maioria do sexo feminino, são preponderantes os solteiros e a maioria declarou que não houve dificuldades para conseguir o empréstimo. Quanto à eficácia do programa, se verificou que, para 85% dos entrevistados, o empréstimo contribuiu para melhoria de vida dos tomadores do crédito.

**Palavras-chave:** Microcrédito; Políticas públicas; Geração de renda.

### ABSTRACT

In Brazil, microcredit has a volume of more than R\$ 59 billion as a source of funds for micro and small entrepreneurs. Being widely used as an important tool for income generation. The objective of this study was to analyze the effectiveness of the program of income generation of the beneficiaries of the targeted microcredit program made available by the public bank to microentrepreneurs residing in the city of Mossoró (RN). The present study was carried out in a sample represented by 60 benefiting from the credit, with active operations, by analyzing the data provided by the institution and questionnaire applied to the beneficiaries. It was found that the surveyed public has a female

<sup>1</sup> Recebido em 19/06/2018.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco. macário\_ferreira@hotmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pernambuco. mrgois@hotmail.com

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 4, n. 2, p. 120-142, mar-abr, 2019

ISSN: 2448-2889



RELISE

121

majority, the singles are predominant and most stated that there were no difficulties to obtain the loan. Regarding the effectiveness of the program, it was found that, for 85% of respondents, the loan contributed to the improvement of life of the borrowers..

**Keywords:** Microcredit; Public policy; Income generation.

## INTRODUÇÃO

A universalização da definição de microcrédito deve-se ao prêmio Nobel da paz de 2006 e economista Muhammed Yunus, que criou um banco social e conseguiu retirar da pobreza muitas pessoas que não tinham recursos para criar o próprio negócio e combater a pobreza e a desigualdade na região de Bangladesh (BERNARDINO; SANTOS; VICENTE, 2017; MIGUEL, 2012; TELES FILHO; REBOUÇAS FILHO; SANTOS, 2016).

O assunto foi escolhido por estar entre as políticas públicas do governo federal, que objetivam incrementar a geração de renda e trabalho, ofertando recursos para as transações de microcrédito e oferecendo apoio técnico às instituições envolvidas. Ademais, o estudo do microcrédito se fundamenta em razão da inclusão no mercado de crédito de micro e pequenos empreendedores, que não acessavam o sistema financeiro em decorrência da informalidade e ausência de garantias para as operações (CACCIAMALI, 2005), e pela expressiva carteira de crédito brasileira, que conta com um volume concedido superior a 59 bilhões de reais (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, se percebe a justificativa do tema e a perspectiva de que o mesmo seja pesquisado e analisado diante de seu impacto social e a contribuição com a melhoria da situação econômica da população a margem da coletividade. Ressalte-se, também, “a importância da microfinanças no espectro das políticas públicas que são desenvolvidas na América Latina com o objetivo de ampliar o nível da vida material dos estratos mais pobres” (CACCIAMALI, CHAHAD e TATEI, 2008, p. 150).



RELISE

122

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo principal, com base em informações bibliográficas, documentais e pesquisa realizada junto à população beneficiada, analisar, através de um levantamento de campo (*survey*), a eficácia do programa de geração de renda dos beneficiários do programa de microcrédito produtivo orientado disponibilizado pelo banco público para microempreendedores residentes no município de Mossoró (RN). O conceito de eficácia está relacionado com o aumento do faturamento, elevação da renda e outros fatores qualitativos relacionados. Como objetivos específicos: apresentar o perfil social dos beneficiários objeto da pesquisa apresentando um retrato dos micros empreendimentos investigados neste trabalho; e analisar as condições e dificuldades dos empréstimos concedidos na ótica dos beneficiários. A situação de “empreendedor” neste estudo compreende as categorias de trabalhadores por conta própria, com no máximo um empregado, independentes de serem formalizados ou não.

Também é importante salientar que essa pesquisa serve de base para futuras investigações, aumentando o campo de estudo para outros municípios ou regiões. Diante dessa realidade surge a seguinte questão: houve melhora na renda dos empreendedores atendidos pelo microcrédito produtivo orientado – MPO de um banco público no município de Mossoró (RN)?

Além da introdução, o artigo está dividido em quatro partes. Na primeira apresentará os principais conceitos relativos ao microcrédito e às políticas públicas. Este estudo é conveniente para análise de políticas públicas, pois estudos sobre programas de transferência e geração de renda, que permitem a melhoria das condições de vida das pessoas instigam o interesse de organizações dos mais diversos setores. Na parte seguinte será detalhada sua metodologia. A quarta parte é destinada à análise onde serão apresentadas as análises pertinentes ao estudo. Por fim, são feitas as considerações finais do presente estudo.



RELISE

123

## REFERENCIAL TEÓRICO

Com a finalidade de atender aos objetivos apresentados, o referencial teórico demonstra em primeiro lugar uma discussão sobre conceitos de microcrédito. Em seguida, discorre-se sobre definições de políticas públicas.

### *Microcrédito*

No Brasil, a pesquisa da GEM 2017, destaca que 58,6% dos empreendedores consideram como limitador para abertura e continuação de seus negócios, a dificuldade de encontrar recursos financeiros para capital de giro e investimentos. O crédito que atende as necessidades daqueles que se beneficiam de valores a eles cedidos, é um instrumento de desenvolvimento, tanto econômico como social. Inserido neste contexto está o microcrédito.

O termo microcrédito se apresenta na literatura em vários significados, às vezes indicando formas diferentes de disponibilização desse crédito, de acordo com Barone *et al* (2002) e Miguel (2012), há diferentes tipos dessa linha de crédito, que pode se denominar como (i) microcrédito, que trata na sua essência na concessão de crédito a beneficiários de baixa renda, (ii) microcrédito orientado, que é a proposta de crédito de pequeno valor para atividades produtivas, e por fim, (iii) o microcrédito produtivo orientado que exige a participação dos agentes de crédito, que passa a ser o intermediário entre o tomador e a instituição financeira, para concessão do empréstimo voltado para atividades produtivas.

Normalmente, o microcrédito é um empréstimo de valor baixo, com a intenção de gerar aumento de produção com o incremento de renda e geração de empregos, concedido a empreendedores de baixa renda, com negócios de pequenos portes, formalizados ou não, e com dificuldades de acesso ao



RELISE

124

sistema tradicional de crédito, sendo adotada uma metodologia específica para esse tipo de crédito (BARONE *et al*, 2002; NERI, 2008).

Esse modelo deriva da experiência corajosa de Muhammad Yunus, professor de economia de Bangladesh, que nos anos 70 colocou em ação o Grameen Bank, um banco privado que realizava empréstimos de pequenos valores às pessoas pobres, sem acesso ao crédito formal (YUNUS; JOLIS, 2011).

No entendimento de Cacciamali (2005 p. 90):

Os serviços de microcrédito surgem para atender as microempresas e as atividades do setor informal, propondo alternativas para a seleção de clientes, avaliação de riscos e exigência de garantias, apresentando, em parte, solução para os problemas de seleção adversa e risco moral.

Assim, o microcrédito é tratado não exclusivamente como matéria econômica, mais também, como um projeto de governo que configura um programa de conteúdo social implementado via mercado financeiro, considerando que, microcrédito democratiza o acesso ao crédito, importante para o desenvolvimento dos negócios e do qual, a parte considerável da população está excluída (BARONE *et al*, 2002; MIGUEL, 2012)

Para Bernardino, Santos e Vicente (2017, p. 74), “o microcrédito na sua gênese engloba a auto sustentabilidade do programa financeiro, garantida pelo reembolso dos valores cedidos a que acresce uma determinada remuneração, ou taxa de juros, que permite que a instituição suporte seus custos operacionais”. Por outro lado, conforme Neri (2008, p. 33), o microcrédito “promove uma espécie de choque de capitalismo nos pobres, permitindo aos desprovidos de dinheiro, o acesso ao capital produtivo. Com recursos e confiança, o pobre consegue realizar investimentos que podem servir de porta de saída estrutural da pobreza”.

Nesse contexto, para Barone *et al* (2002), a repercussão social do microcrédito, embora difícil de medir, é comprovadamente útil e que resulta em



RELISE

125

melhores condições de vida, colaborando para a remição da dignidade de seus tomadores.

Corroborando com o autor acima, para Pereira e Souza (2017, p. 1128),

As conquistas alcançadas com a prática de concessão do microcrédito nos últimos anos são evidentes. Sua inserção e o impacto que provoca nas micro e pequenas empresas e nos pequenos negócios informais tornou-se referência como instrumento de financiamento desses pequenos empresários.

Ademais, para Nitsch e Santos (2001, p. 178), “a maior parte da demanda por crédito das microempresas destina-se a capital de giro para cobrir dificuldades momentâneas de liquidez ou utilizar chances de eventuais negócios favoráveis”. Ainda para os mesmos autores, no público-alvo do microcrédito predominam microempresários, donos do próprio negócio, que mantêm seus empreendimentos de forma autônoma, na maioria das vezes, informal e, geralmente, mantidas e autofinanciadas com recursos próprios ou de pessoas próximas.

#### *Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO*

A lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, parágrafo terceiro (BRASIL, 2005), institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, sendo posteriormente alterada pela lei 13.636, de 20 de março de 2018, “com objetivo de apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado”, sendo beneficiados pelo programa, “pessoas naturais e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas urbanas e rurais, apresentadas de forma individual ou coletiva” (BRASIL, 2018).

De acordo com BRASIL (2015), o PNMPO tem os seguintes objetivos gerais:



RELISE

126

a) incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.

b) disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.

c) oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

O programa foi proposto para microempreendedores formais e informais, com faturamento de até R\$ 200 mil/ano, com a intenção de melhorar renda e gerar trabalho. Utiliza metodologia fundamentada na pessoa do agente de crédito, admitido o uso de tecnologias digitais e eletrônicas que possam substituir o contato presencial.

Os “agentes de crédito” existentes nas instituições financeiras são responsáveis pelo contato direto com o microempreendedor, visitando o empreendimento para analisar as necessidades e as condições do seu negócio, onde todo o processo de visita, entrevista e cadastro é realizado por um só profissional que é o responsável pelo levantamento de informações das pessoas que se enquadram nas condições de solicitação do crédito, permitindo ao beneficiário uma relação diferenciada e de proximidade com a instituição. Com isso, o profissional consegue diminuir a assimetria de informação que distancia as instituições financeiras desse conjunto de empreendedores (BARONE *et al*, 2002; BERNARDINO; SANTOS; VICENTE, 2017; BRAGA, 2010; NITSCH e SANTOS, 2001).

Importante ressaltar que o atendimento ao microempreendedor deve ser feito por agentes treinados para efetuar o levantamento das informações socioeconômicas e prestar orientação sobre o planejamento do negócio, para um melhor entendimento das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento (BRASIL, 2015).



RELISE

127

A supervisão do PNMPO é feita diretamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego que é responsável pela habilitação das organizações de microcrédito e a disseminação de informações sobre o microcrédito. Com referência às fontes de recursos para o programa, elas advêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador e de 2% dos depósitos compulsórios à vista junto ao Banco Central. De acordo com Andrade e Diniz (2015, p. 515), “uma medida importante para fomentar as microfinanças foi a destinação obrigatória para essa finalidade de parcela dos depósitos à vista dos bancos comerciais e de outras instituições financeiras (o que não for direcionado fica retido no BC, sem remuneração)”.

Para se ter ideia da amplitude desse programa, segundo o relatório do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2015), no Brasil já foram realizadas mais de 26,5 milhões de operações de microcrédito, atendendo mais de 26,8 milhões de clientes, com um volume concedido superior a R\$ 59 bilhões (atualizados até set/2015), demonstrando a importância desse segmento.

Para Barone *et al* (2002) a disponibilidade de crédito para pequenos empreendedores, faz do microcrédito parte importante das políticas de desenvolvimento, considerando sua capacidade de melhorar as condições de vida do beneficiário. Pode-se compreender que, através deste programa, “o microcrédito passou a ser reconhecido como política pública de desenvolvimento social e econômico, funcionando como mecanismo de combate à pobreza, inclusão social e valorização do auto emprego no país (RUAS *et al*, 2015 p. 46) ”.

No ambiente oficial, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, foi concebido como um modelo inovador de política pública, que está ancorada em uma rede formada por organizações da sociedade civil, do poder público e da iniciativa dos empreendedores que ingressam no programa por deliberação própria (MIGUEL, 2012).



RELISE

128

Entretanto, para Vieira e Barbosa (2017, p. 6) “o microcrédito não pode ser considerado uma ferramenta ‘milagrosa’ ou a resposta para todos os problemas relacionados às mazelas sociais”. Entende-se que apenas o microcrédito não irá resolver tudo, pois há a necessidade da integração com outras políticas complementares, como educação, treinamento, tecnologia alternativa e um acompanhamento mais eficaz para verificar a evolução dos negócios beneficiados pelo crédito. Para Ruas *et al* (2015) o microcrédito só se tornará efetivo no seu propósito se estiver integrado outras políticas de inclusão financeira e produtiva.

#### *Microcrédito no Brasil: alguns dados importantes*

O último relatório do Ministério do Trabalho e Previdência Social, datado de dezembro de 2015 (BRASIL, 2015), demonstrou alguns dados do microcrédito produtivo orientado no Brasil.

Segundo esse relatório, a carteira ativa de microcrédito, que retrata o saldo a receber dos valores emprestados, estava em R\$ 5.714.956.814,12. Na distribuição por gênero 62,2% era constituído por mulheres o que demonstra a forte presença desse público no programa.

O mesmo relatório apresentou um índice altíssimo de informalidade, 93,72% dos beneficiários não estava regularizado como empresa jurídica. Quanto ao ramo de atividade predominou o comércio com 64,3% dos clientes ativos. Quanto à finalidade do crédito a maioria, representada por mais de 83%, demandou o microcrédito como capital de giro.

Entre 2008 e 2015 já foram atendidos 28.201.255 clientes, com valores concedidos (atualizados pelo INPC-IBGE) de R\$ 64.327.055.508,24 em crédito, perfazendo uma média de R\$ 2.281,00 por beneficiário atendido (BRASIL, 2015).



RELISE

129

### *Microcrédito como política pública*

Não há um único ou melhor conceito sobre política pública, generalizando podemos definir como a movimentação do governo que influencia a vida dos cidadãos. Para Rua (2009, p. 19), “política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”. Ainda de acordo com a mesma autora (p. 20), “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”.

Souza (2006, p. 26) resume “política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

Estudos especializados apontam quatro modelos de políticas atuantes no mercado de trabalho:

- (i) serviço público de intermediação de mão-de-obra e orientação para o mercado de trabalho; (ii) sistema nacional de capacitação e treinamento; (iii) desenvolvimento de pequenas e microempresas e de atividades por conta própria; (iv) criação de empregos transitórios e medidas de apoio aos jovens (CACCIAMALI, 2005, p. 86).

O microcrédito produtivo orientado se insere nesse conceito de política pública atuante no mercado de trabalho pela tentativa de agregar tecnologias sociais e financeiras inovadoras para atingir a demanda financeira dos mais pobres. Os programas públicos voltados para os micros empreendimentos informais ainda eram com uma série de exigências que exclui uma boa parte da população de baixa renda: assalariados informais, microempreendedores, trabalhadores por conta-própria e desempregados. Esta inadequação da oferta de crédito existente e conseqüente desconhecimento do público-alvo –



RELISE

130

trabalhadores de baixa renda do setor informal – impõe sérios limites aos programas públicos de microcrédito como instrumentos eficazes de redução da pobreza (BRAGA, 2010).

Para Nitsch e Santos (2001), programas que ofereçam crédito são especialmente interessantes para as microempresas já existentes por oferecerem crédito com taxas de juros menores do que os oferecidos pelo mercado financeiro informal, como os agiotas, induzindo desta forma, uma melhoria da renda dos tomadores de empréstimo considerando o ganho na diferença desses custos e tornando-se, de forma indireta, um instrumento de combate à pobreza.

Desta maneira, para Braga (2010), a necessidade de uma política governamental que atue diretamente sobre o mercado de trabalho, visando a geração de emprego e renda para a população de mais baixa renda, é resultado do abandono da crença da tendência de redução do setor informal frente ao avanço progressivo da economia formal.

Ainda de acordo com Braga (2010, p.3),

No caso específico dos programas públicos de microcrédito, a política pública deve pautar-se pela focalização dos programas para determinados segmentos de trabalhadores informais de baixa renda, possibilitando que as atividades possam agregar trabalhadores e empreendedores socialmente integrados.

Nos países não plenamente industrializados, os programas de desenvolvimento de pequenas e microempresas e de atividades por conta própria “visam principalmente a fortalecer pequenas e microempresas e atividades por conta própria já estabelecidas, que muitas vezes se encontram inseridas no setor informal” (CACCIAMALI, 2005, p. 88).

O microcrédito pode ser visto como uma política pública de espírito privado, que se bem aplicada, funciona como um instrumento de melhoria da renda e das condições de vida de seus tomadores (NERI, 2008). Porém, para Nitsch e Santos (2001), o microcrédito não é adequado para preencher e cobrir



RELISE

131

deficiências de políticas sociais e econômicas voltadas para a geração de renda e emprego.

De acordo com Cacciamali, Chahad e Tatei, (2008, p. 158) “o procedimento mais simples de se verificar os efeitos do programa de microcrédito é através de análises de desempenho que comparam a performance pós-crédito de uma série de indicadores dos tomadores de empréstimo”.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente trabalho pretende analisar a eficácia da política pública de geração de renda do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, originando-se de informações de cunho primário apanhado junto ao banco objeto da pesquisa e entrevistas com os beneficiários através de questionários, explorando variáveis qualitativas e quantitativas que representem situação econômica dos beneficiários do programa.

A pesquisa tem como área de abrangência a cidade de Mossoró, município do Estado do Rio Grande do Norte. Sua população está estimada em quase 300 mil habitantes e sua economia é baseada no comércio e na prestação de serviços. O Produto Interno Bruto (PIB) de Mossoró é o maior da região oeste do Estado. De acordo com dados do IBGE, relativos a 2014, o PIB do município era de R\$ 6.221.099,00, com uma renda per capita de R\$ 21.883,09. O município possui IDH de 0,710, índice que o coloca na 1.301ª posição no Brasil. (IBGE, 2017).

Para fins de realizar a pesquisa, a população foi formada por residentes da cidade de Mossoró, clientes da instituição financeira objeto da pesquisa, que estavam com operações de microcrédito ativas no mês de setembro de 2017. A população inicial do estudo era constituída por 121 beneficiados pela linha de crédito, sendo 111 pessoas físicas ou não



## RELISE

132

formalizados e 10 pessoas jurídicas ou formalizadas. Como forma de homogeneizar essa população, foram excluídas as pessoas jurídicas e os clientes que estavam inadimplentes, restando uma população de 75 beneficiários. Foram feitas entrevistas com dez clientes como forma de testar a aplicação do questionário, após a verificação da viabilidade do mesmo foram aplicados aos demais.

Os dados foram apurados mediante a aplicação de questionários, realizada por telefone no mês de fevereiro/2018, contendo questões fechadas, com no máximo três tentativas de contato.

Deste conjunto de 75 clientes, 25 não foram contatados por diversos motivos: não atenderam a ligação, número do telefone não pertencente ao microempreendedor, ocupado, caixa de mensagens e nove não responderam ao questionário. Restando uma amostra composta por 41 respondentes, representando 54,7% da amostra.

Com a delimitação da amostra, esta apresentou um nível de confiança de 95%, com uma margem de erro de 10%, sendo utilizada a seguinte fórmula (RICHARDSON, 2014, p.169) para encontrar esses valores:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n – tamanho da amostra.

N – tamanho da população.

Z – variável normal padronizada associada ao nível de confiança.

p - verdadeira probabilidade do evento.

e - erro de estimação permitido.

Para análise dos questionários foi utilizado o aplicativo SPSS® Statistics da IBM®, versão 24, onde os dados coletados foram examinados por estatísticas descritivas de frequência e tabela de referência cruzada. Foram



RELISE

133

considerados apenas aqueles com operações ativas e adimplentes, como forma de limitar a população sem distorcer seus resultados.

## ANÁLISE DOS DADOS

A população atendida pelo microcrédito apresenta características socioeconômicas que assumem contornos específicos na região. No quadro 1 são apresentados dados referentes as operações dos clientes que foram objeto desta pesquisa.

**QUADRO 1 – Valores das operações (R\$)**

Total de Operações	Valor Mínimo	Valor Máximo	Valor Total	Valor Médio	Desvio Padrão
60	1.030,00	10.403,00	169.472,00	2.824,53	2.148,60

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Como demonstrado, a carteira soma um total de R\$ 169.472,00 e 60 operações de crédito, com um valor médio de R\$ 2.824,53, valor acima do apresentado no relatório do programa (BRASIL, 2015) que apresentou em 2015, um valor médio, por operação, de R\$ 2.072,00.

No quadro abaixo, ficou demonstrado a predominância de algumas variáveis analisadas na pesquisa. Verificou-se que a maioria de 68,3% é do gênero feminino, valores semelhantes ao encontrado no relatório do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2015) que apresentou 62,3% pertencentes a este gênero.

**QUADRO 2 – Sócio econômico  
resumo**

Variável	Predominância	Resultado
Gênero	feminino	68,3%
Estado Civil	solteiro	56,7%
Faixa Etária	de 25 a 34 anos	30,0%
	de 35 a 44 anos	30,0%
Escolaridade	ensino médio completo	56,7%
Quantidade Filhos	2	41,6%
Moradia	própria	68,3%

Fonte: dados da pesquisa (2017).



RELISE

134

Ainda em referência ao Quadro 2, com relação à faixa etária houve empate em duas faixas, de 25 a 34 anos e de 35 a 44 anos. A pesquisa também apontou uma idade média de 42,1 anos e uma mediana de 41 anos, o desvio padrão foi de 10,386. Com relação à escolaridade, predominou o ensino médio completo com 56,7% dos entrevistados. Uma preponderância de 41,6% dos beneficiários declarou a existência de 2 filhos dependentes. Quando foi perguntado sobre sua moradia, mais de 68% declaram residir em casa própria.

Na Tabela 1, quanto à distribuição dos clientes por ramos de atividades, observa-se uma considerável concentração de demandantes de microcrédito que operam no comércio (63,3% do total de clientes atendidos), valores semelhantes ao demonstrado no relatório acima que apresentou um percentual de 63,6% que atuam no comércio. O trabalho de Teles Filho, Rebouças Filho e Santos (2016) também apresentou uma predominância do comércio (70%) como segmento de atuação do microempreendedor.

**TABELA 1 – Ramos de Atividades**

Setor	Frequência	%	% acumulado
Comércio	38	63,3	63,3
Indústria	1	1,7	65,0
Serviços	12	20,0	85,0
Não respondeu	9	15,0	100,0
Totais	60	100,0	

**Fonte:** dados da pesquisa, adaptado Teles Filho, Rebouças Filho e Santos (2016).

Na Tabela 2, representa a pergunta quanto à localização do empreendimento, 45% dos respondentes declararam que seu negócio estava localizado na própria residência, corroborando com o estudo de Teles Filho, Rebouças Filho e Santos (2016), que demonstrou o percentual 36,8% das atividades desenvolvidas na própria casa.



RELISE

135

**TABELA 2 – Localização do empreendimento**

Localização	Frequência	%	% acumulado
Residência	27	45,0	45,0
Ponto comercial alugado	2	3,3	48,3
Ponto comercial próprio	4	6,7	55,0
Ambulante	17	28,3	83,3
Não respondeu	10	16,7	100,0
Totais	60	100,0	

**Fonte:** dados da pesquisa, adaptado Teles Filho, Rebouças Filho e Santos (2016).

Na tabela 3, se demonstra as respostas dos beneficiários sobre o questionamento se o uso do microcrédito contribuiu com o aumento da renda familiar. Pode-se afirmar que mais de 80% declaram que houve aumento da renda após a contratação do empréstimo, isso vai de encontro com o trabalho de Teles Filho, Rebouças Filho e Santos (2016), que apresentou o índice de 90% de concordância com o questionado.

**TABELA 3 – Aumento da renda familiar**

Aumento de Renda	Frequência	%	% acumulado
Contribuiu muito	15	25,0	25,0
Contribuiu razoavelmente	34	56,7	81,7
Contribuiu pouco	4	6,7	88,3
Não contribuiu	2	5,0	93,3
Não soube responder	4	6,7	100,0
Totais	59	100,0	

**Fonte:** dados da pesquisa, adaptado Teles Filho, Rebouças Filho e Santos (2016).

Na tabela 4, se refere ao questionamento no caso que foi perguntado se o empréstimo contribuiu para que lhe desse uma vida melhor, 85% responderam que sim.



RELISE

136

**TABELA 4 – Melhoria da condição de vida**

Melhoria de vida	Frequência	%	% acumulado
Sim	51	85,0	85,0
Não	3	5,0	90,0
Não soube responder	6	10,0	100,0
Totais	60	100,0	

**Fonte:** dados da pesquisa (2017)

Tanto quanto os dados das Tabela 3 e da Tabela 4, confirmam que se bem aplicado, o microcrédito funciona como um instrumento de melhoria da renda e das condições de vida de seus tomadores (NERI, 2008).

Foi investigado com relação à adequação e dificuldades na obtenção do crédito junto à instituição financeira objeto deste estudo. Na Tabela 5 foi questionado se o beneficiário encontrou dificuldades para a obtenção do empréstimo, 71,7% declaram que não houve dificuldades para conseguir o microcrédito. O resultado está bem próximo ao trabalho de Bassan e Beck (2016), que apresentou um resultado de 75% que declaram não ter havido dificuldades no acesso ao crédito.

**TABELA 5 – Dificuldade na obtenção do crédito**

Dificuldade	Frequência	%	% acumulado
Sim	10	16,7	16,7
Não	43	71,7	88,3
Não soube responder	7	11,7	100,0
Totais	60	100,0	

**Fonte:** dados da pesquisa, adaptado Bassan e Beck (2016)

A Tabela 6 nos mostra se as operações de crédito estavam adequadas a condição do empreendedor, em relação aos valores e prazos fornecidos. A maioria (53,4%) discordou dos prazos e/ou valores, sendo que 51,7% defenderam valores maiores para a linha de crédito.



RELISE

137

**TABELA 6 – Valores e prazos**

Valores e prazos	Frequência	%	% acumulado
Sim	23	38,3	38,3
Não, poderia ter um prazo maior	1	1,7	40,0
Não, poderia ter um valor maior	22	36,7	76,7
Não, poderia ter prazo e valor maiores	9	15,0	91,7
Não soube responder	5	8,3	100,0
Totais	60	100,0	

**Fonte:** dados da pesquisa, adaptado Bassan e Beck (2016)

Esse resultado contrapõe a pesquisa de Bassan e Beck (2016) que apresentou uma unanimidade na concordância com os valores e prazos concedidos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo principal desse trabalho se propôs a analisar a eficácia do programa de geração de renda dos beneficiários do programa de microcrédito produtivo orientado disponibilizado pelo banco público para microempreendedores residentes no município de Mossoró (RN).

A pesquisa respondeu a problemática do trabalho, tendo em vista que foram apresentadas respostas aos questionamentos apontados. Ficou demonstrado que o microcrédito funciona como um instrumento de melhoria da renda e das condições de vida de seus tomadores (NERI, 2008). Tendo em vista que 85% dos entrevistados informaram que melhoraram de vida. Esse resultado corrobora com Nitsch e Santos (2001), onde afirmam que programas que ofereçam crédito induzem para uma melhoria da renda dos tomadores desses empréstimos, tornando-se, de forma indireta, um instrumento de combate à pobreza.

Em relação aos objetivos do trabalho, observou-se que os objetivos propostos foram alcançados, como resposta ao primeiro objetivo específico percebeu-se que em sua maioria, os beneficiários pertencem ao sexo feminino,

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 4, n. 2, p. 120-142, mar-abr, 2019

ISSN: 2448-2889



RELISE

138

que têm uma idade média de 42 anos. Quanto ao gênero dos beneficiários pertencentes à amostra, verificou-se que 68,3% são do sexo feminino. Na maioria dos entrevistados (56,7%) são do estado civil solteiro. Quanto a escolaridade, 56% concluíram o ensino médio. Verificou-se que 78% dos respondentes afirmaram ter filhos e que 68,3%, residiam em moradias próprias.

Quanto ao segundo objetivo específico, que buscou analisar as condições e dificuldades dos empréstimos concedidos na ótica dos beneficiários, 71,7% declararam que não tiveram dificuldades na obtenção do crédito e 53,4% afirmaram que os valores e prazos foram inadequados, considerando que os valores e prazos poderiam ser maiores.

É com o microcrédito que surge a oportunidade dos pequenos empreendedores. Por possuir características voltadas apenas para a população de baixa renda, consegue por muitas vezes suprir as necessidades dos micro e pequenos empresários (BARONE, 2002; NERI, 2008; SILVA, 2017). Os pré-requisitos para a contratação do crédito são simples. Basta que o empreendedor se enquadre nos critérios fixados para o programa, não importando se o negócio é formal ou informal (ou seja, pessoa física ou jurídica).

A observação dos resultados obtidos neste trabalho pode contribuir para um maior conhecimento dos beneficiários do microcrédito considerando a importância desse grupo para a economia do município. Nesse sentido, ressalta-se a relevância dos dados apresentados, bem como a necessidade de um maior aprofundamento em trabalhos futuros, que poderão investigar outras instituições e os impactos do crédito sobre a performance do negócio verificando assim os possíveis benefícios derivados da política pública de acesso ao crédito,

Levar em consideração os resultados deste trabalho pode ajudar a melhorar o conhecimento dos beneficiários do microcrédito, levando em



RELISE

139

consideração a importância deste grupo para a economia do município. Neste contexto, destacam-se a relevância dos dados apresentados e a necessidade de uma maior profundidade no futuro, considerando outras instituições e o impacto dos créditos sobre o desenvolvimento dos pequenos negócios, a fim de examinar os benefícios potenciais da política de acesso ao crédito como geradora de renda e emprego.

Como limitação da presente pesquisa, pode-se citar que a amostra é composta por clientes de apenas uma instituição financeira de Mossoró, portanto seus resultados não podem ser generalizados para outras instituições ou localidades.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcelo Machado Teixeira de; DINIZ, Eduardo Henrique. Previsão de Informações para Avaliar Políticas Públicas: O Caso da Inclusão Financeira. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p.508-524, ago. 2015. Bimestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20151864>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552015000400508&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552015000400508&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BARONE, Francisco Marcelo *et al.* **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.

BASSAN, Dilani Silveira; BECK, Marília. O papel do microcrédito para os empreendedores no município de Taquara. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 24, n. 38/39, p.33-50, 2 ago. 2016. Semestral. Revista Grifos. <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v24i38/39.3273> .

BERNARDINO, Suzana; SANTOS, J. Freitas; VICENTE, Zidyane. Papel do microcrédito na iniciativa empresarial em Cabo Verde. In: 7ª Conferência Ibérica de Empreendedorismo, 2017, Esposende. **Livro de atas**. Porto: Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto, 2017. p. 73 - 82. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.22/10340>>. Acesso em: 10 out. 2017.



RELISE

140

BRAGA, Thaiz. Programas públicos de microcrédito: inadequação das respostas da política pública para inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2010, Caxambu. **Anais**. Belo Horizonte: Abep, 2010. p. 1 – 21

BRASIL. Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO. **Diário Oficial da União[da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 abr. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11110.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11110.htm)>. Acesso em 07 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Secretaria de Políticas Públicas de Emprego** (Ed.). Informações Gerais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Brasília: 2015. 16 p. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.363, de 20 de março de 2018. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). **Diário Oficial da União[da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 mar. 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13636.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13636.htm)>. Acesso em 09 maio 2018.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p.85-104, dez. 2005. Quadrimestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142005000300007>.

CACCIAMALI, Maria Cristina; CHAHAD, José Paulo Zeetano; TATEI, Fábio. Microfinanças e Política Pública na América Latina. **Cadernos Prolam/USP**, São Paulo, v. 7, n. 12, p.149-172, 1 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82314>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O Brasil em Síntese**. Brasília. 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 out. 2017.

MIGUEL, Antônia Celene. Microcrédito no Brasil: Uma Agenda de Política Pública para o Mercado de Microfinanças. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, p.1-23, 2012. Semestral.



RELISE

141

NERI, Marcelo (Org.). **Microcrédito**: O mistério nordestino e o gameen brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 376 p.

NITSCH, Manfred; SANTOS, Carlos A. Da Repressão Financeira ao Microcrédito. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 21, n. 84, p.172-183, dez. 2001. Trimestral. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/issue.asp?vol=21&mes=4>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e pesquisas. – 3ª Ed – São Paulo: Atlas, 2014.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Brasília: CAPES/UAB, 2009. 130 p ISBN: 978-85-61608-60-6

RUAS, Claudete *et al.* **A Política e a Atividade de Microcrédito como Instrumentos de Geração de Trabalho e Renda e Inclusão Produtiva**. Fundação Universidade de Brasília, Centro de Pesquisas de Opinião Pública, DATAUnB; Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Políticas Públicas e Emprego, SPPE. Brasília, 2015. 132 p. ISBN 978-85-69765-00-4.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p.20-45, dez. 2006. Semestral. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

TELES FILHO, Iran Pinheiro; REBOUÇAS FILHO, Pedro José; SANTOS, José Rayres Pereira dos. Geração, distribuição de renda e microcrédito: O caso do programa Crediamigo na cidade de Crato- Ceará. Espaço e Economia: **Revista brasileira de geografia econômica**, São Gonçalo, v. 8, n. , p.1-18, jun. 2016. Semestral. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/2127>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

VIEIRA, Leandro Martins; BARBOSA, Francisco Vidal. Microcrédito e Microempreendedor: O Caso do Crediamigo na Região do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 1, n. 1, p.2-15, 1 jan. 2017. Trimestral. Administração Pública e Gestão Social. <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v1i1.977>.



RELISE

142

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O Banqueiro dos Pobres**: A revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países. São Paulo: Ática, 2011. 343 p. Tradução Maria Cristina Guimarães Cupertino.